



Ministério do Trabalho e Emprego
Assessoria Especial de Controle Interno

ATA DE REUNIÃO

Comitê de Governança Estratégica - CGE

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

11ª Reunião Ordinária

No primeiro dia do mês de Abril do ano de 2026, às 09h45, o Comitê de Governança Estratégica (CGE) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou a 11ª reunião ordinária na sala de reunião nº 433, 4º Andar, edifício sede do MTE. Estando presentes os membros: Ministro de Estado do Ministério do Trabalho, Secretário-Executivo, Secretária-Executiva Substituta, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, que presidiu a reunião, Ouvidora-Geral da União, Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho-substituto, Secretário de Inspeção do Trabalho, Chefe de Gabinete da Secretaria de Inspeção do Trabalho, Assessora da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda, Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho da Secretaria Executiva, Subsecretário de Análise Técnica da Secretaria-Executiva, Ouvidor, Corregedor, Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria Executiva, Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva, Diretora de Gestão de Pessoas da Secretaria Executiva, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social, Chefe de Assessoria Especial de Promoção da Igualdade no Trabalho, Chefe de Gabinete da Secretaria Economia Solidária, Assessoria Especial de Articulação de Políticas de Trabalho para o Desenvolvimento, Assessor Especial do Ministro, Assessora Especial do Ministro e os Superintendentes Regionais do MTE (ouvintes).

O Senhor Ministro de Estado do Ministério do Trabalho iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes, agradecendo a presença e colaboração dos participantes, em especial da Senhora Ouvidora-Geral da União, bem como votos de uma feliz Páscoa aos presentes. Na oportunidade fez uma breve reflexão sobre a importância da atuação dos Gestores em todos os âmbitos do governo e passou a palavra para o Coordenador do CGE, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, senhor Cláudio Py, que após os devidos cumprimentos passou a palavra para o senhor Secretário-Executivo, que declinou no momento, em razão do atraso no horário de início da reunião. Seguindo, o Coordenador do CGE, agradeceu a presença da senhora Ouvidora-Geral da União, Valdirene Medeiros, a quem passou a palavra para uma palestra sobre assédio moral e sexual.

A senhora Valdirene Medeiros, iniciou agradecendo pela oportunidade e enfatizando a conexão com a fala inicial do senhor Ministro, sobre comportamento, integridade pessoal e institucional. Destacou que a pauta de assédio moral, sexual, está toda relacionada com a integridade, com a imagem institucional, com o ambiente de trabalho que criamos todos os dias, com as equipes e com as relações, que estão relacionadas às posturas, comportamentos e a construção do ambiente de trabalho e emprego que fazemos todos os dias. Assim, discorreu sobre assédio, discriminação e integridade institucional, enfatizando exemplos de condutas inadequadas, seus impactos institucionais e a necessidade de prevenção, a palestra sobre assédio destacou a importância da integridade institucional, os impactos do assédio no ambiente de trabalho e a necessidade de envolvimento de todas as áreas, com apoio do Ministro e da alta liderança, além de apresentar instrumentos e guias internos para prevenção e orientação. Na oportunidade, apresentou conceitos e impactos do assédio, abordou exemplos de microviolências dentro da cultura organizacional, de assédio em ambientes virtuais,

destacou a diferença entre assédio e atos de gestão e, por fim, apresentou o Guia do MTE e o Guia Lilás da CGU, que trazem definições, exemplos, escalas de violência e orientações para gestores, além de destacar a importância da liderança ativa, canais seguros de denúncia e capacitação contínua para prevenção do assédio.

Na sequência, o senhor Ministro discorreu sobre exemplos de condutas relacionadas à desigualdade de gênero, sobre a importância de conscientização de mudanças necessárias, inclusive dentro dos lares. O Coordenador do CGE, agradeceu novamente a presença da senhora Ouvidora-Geral, destacando que o tema faz parte do programa de integridade deste ministério, e será trabalhado pontualmente com os setores. Em seguida passou a palavra para a Secretária-Executiva Substituta, Luciana Nakamura. Luciana, iniciou a sua fala apresentando a proposta de reestruturação do Grupo de Trabalho (GT) de enfrentamento à violência e ao assédio, incluindo a ampliação para unidades descentralizadas, criação de pontos focais nas Superintendências e integração com a comissão de prevenção, com validação pendente pelo grupo e pelo Ministro. Destacou também a previsão da criação de um núcleo de mediação para orientação tanto das vítimas quanto das chefias, visando tratar questões do dia a dia e promover um ambiente de trabalho mais saudável, com a previsão da realização de um trabalho na sede da pasta ministerial, voltado para orientação normativa e administrativa, enquanto as unidades descentralizadas ficarão responsáveis pela implementação prática e acolhimento, com destaque para a importância das capacitações para identificar e lidar com situações de assédio.

O Senhor Py tomou a palavra, para apresentar o andamento dos trabalhos referentes à gestão do processo de gerenciamento de riscos, cuja pauta foi aprovar nove processos referentes às áreas da SENAES, SEQ e SPT, com identificação de eventos de risco, classificação de riscos baixos e médios, e proposição de controles e ações para mitigação. Todos os processos apresentados passaram por instâncias de avaliação e foram aprovados pelo comitê, com registro das decisões no sistema para acompanhamento e monitoramento, restando definidos prazos para implementação dos controles, variando entre o final de abril e o final do exercício, com detalhamento das ações necessárias para cada risco identificado. Os membros presentes aprovaram por unanimidade os nove processos de gerenciamento de riscos listados sem objeções ou acréscimos.

Em seguida, a palavra foi passada para a Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), senhora Débora Hernandes, que apresentou as ações para estruturação do novo plano de carreira do Ministério do Trabalho, detalhando a proposta de cargos, etapas do processo, integração com setores de Gestão de Pessoas e desafios para aprovação junto ao MGI, com complementos de outros participantes sobre a importância técnica e administrativa da carreira. A proposta prevê a criação de cargos de analista e técnico, com estrutura em classes e padrões, distinção de funções e foco na atuação estratégica e operacional, além de equiparação para servidores atuais e necessidade de manifestação técnica para justificar a carreira própria. O processo está em análise jurídica, com recomendações a serem atendidas, e enfrenta desafios devido à política do MGI de não criar novas carreiras próprias, exigindo articulação e justificativas técnicas robustas. Na sequência, Debora discorreu também sobre a integração e descentralização da Gestão de Pessoas entre as Superintendências, a recomposição da força de trabalho e a política de Saúde e Qualidade de Vida do Servidor. Na oportunidade, a Secretária-Executiva Substituta, Luciana Nakamura retomou a palavra para esclarecer alguns pontos relativos à proposta de estruturação do novo plano de carreira bem como sobre a recomposição da força de trabalho.

A seguir, a palavra foi dada a senhora Maria Luiza Fonseca do Valle, Assessora Especial do Ministro, que relatou as ações de acolhimento e pós-venção realizadas após o suicídio de uma servidora na Superintendência do Rio de Janeiro, destacando a importância do cuidado com a saúde mental, implementação da NR 1, atuação de equipes multidisciplinares e ampliação do suporte psicológico para servidores. Reforçou a necessidade de atenção à saúde mental dos trabalhadores, tanto na fiscalização externa quanto internamente, com referência à NR 1 e à importância de identificar sinais de sofrimento entre colegas. Na sequência, a palavra foi dada à Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho da Secretaria Executiva, Paula Montagner, que retomou o assunto da estruturação do novo plano de carreira do Ministério do Trabalho, discorrendo sobre a importância de uma carreira técnica específica da pasta, citando exemplos de situações problemáticas reiteradas e se colocando à disposição para colaboração com a Secretaria-Executiva, no que se refere a informações técnicas para a construção da Nota técnica que orienta o referido projeto de lei, o que foi acolhido pela Secretária-Executiva Substituta. Luciana estendeu às outras secretarias o convite para a colocação neste mesmo sentido, e ainda, no que se refere à questão da saúde

psicossocial, destacou que foi firmada uma articulação com o Ministério da Saúde para acompanhamento psicológico da equipe da Superintendência do Rio de Janeiro, e reiterou a possibilidade de atendimento online pela sala de acolhimento para homens e mulheres. Na oportunidade, foi dada a palavra a senhora Dercylete Lisboa, Diretora DEFIT/SIT, que elogiou a fala da Ouvidora-Geral da União, e complementou pontuando a impotência de uma análise de fluxos internos, no intuito de prevenção da ocorrência de um assédio institucional.

Em prosseguimento, o Coordenador do CGE passou a palavra ao Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria Executiva, senhor Rogério Xavier, que juntamente com o senhor Marcondes Bonfim, Coordenador-geral, apresentou o cenário orçamentário e financeiro do Ministério do Trabalho para 2026, destacando desafios de redução de orçamento, limites de execução, necessidade de planejamento preciso e acompanhamento de painéis orçamentários, além de orientações para solicitações de ampliação e remanejamento de recursos. Apresentaram o panorama de execução orçamentária de 2025 e a redução significativa da LOA para 2026, com impactos diretos nas dotações das unidades e necessidade de priorização de políticas públicas, detalharam os limites de execução financeira impostos por decretos, a concentração de recursos no último trimestre e a importância de antecipar solicitações e planejar despesas para evitar bloqueios e contingenciamentos, bem como incentivaram o uso do painel orçamentário do Ministério para acompanhamento de despesas, execução, emendas e restos a pagar, além de orientações sobre prazos e procedimentos para ajustes e remanejamentos.

A seguir, o senhor Claudio Py iniciou a sua apresentação sobre a supervisão ministerial, apresentou o status das auditorias em curso, recomendações de órgãos de controle, monitoramento de riscos de integridade e andamento dos processos de gerenciamento de risco, com destaque para a necessidade de revisão interna dos fluxos e processos em todas as áreas. Destacou que em 2026, o Ministério recebeu 57 comunicações do Tribunal de Contas, com auditorias em diversas áreas e 107 recomendações em monitoramento, das quais 97 já foram concluídas. Pontuou que dos 78 controles propostos para riscos de integridade, 63 já foram concluídos e 15 estão previstos para conclusão até o final do ano, com monitoramento contínuo, e por fim convidou a todas as áreas para que realizem a revisão de seus processos, fluxos e distribuição de tarefas, visando identificar e prevenir fatores organizacionais que possam contribuir para o adoecimento e insatisfação dos servidores.

O senhor Cláudio Py, Coordenador do CGE, agradeceu a presença de todos os presentes e os que acompanharam on-line encerrou a reunião às 12h40. E, eu, Débora Talita Pereira de Almeida, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Winnye Góes Silva, Chefe de Gabinete**, em 11/05/2026, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antonio de Almeida Py, Chefe de Assessoria Especial**, em 11/05/2026, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marta Trindade Veloso Fulcar, Chefe de Gabinete**, em 11/05/2026, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miry Helen Guarabu Scarpini Nunes, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em 11/05/2026, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cecilia Monteiro de Oliveira, Assessor(a)**, em 12/05/2026, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Saraiva Almeida Corassini, Chefe de Gabinete**, em 12/05/2026, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Debora Hernandez Figueira, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 12/05/2026, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MONTAGNER, Subsecretário(a)**, em 15/05/2026, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Macena da Silva, Secretário(a) Executivo(a)**, em 21/05/2026, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TANIA SILVA DE ALMEIDA, Chefe de Assessoria Especial**, em 27/05/2026, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denio Aparecido Ramos, Chefe de Gabinete Substituto(a)**, em 28/05/2026, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Marinho, Ministro(a) de Estado do Trabalho e Emprego**, em 02/06/2026, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=8299413&crc=795597F4, informando o código verificador **8299413** e o código CRC **795597F4**.